

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA Gabinete do deputado Sargento Neto

PROJETO DE LEI N° 677 /2023.

INSTITUI, NO ÂMBITO DO ESTADO DA PARAÍBA, A SEMANA ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual de Enfrentamento do Trabalho Escravo, a ser realizada anualmente na semana do dia 28 de janeiro, no âmbito do Estado da Paraíba.

Parágrafo único: O dia 28 de janeiro é escolhido em homenagem à data de promulgação do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro), que tipifica o crime de redução a condição análoga à de escravo.

- **Art. 2º -** Durante a Semana Estadual de Enfrentamento do Trabalho Escravo, serão promovidas ações educativas, culturais e sociais voltadas para a conscientização e combate ao trabalho escravo, visando informar e sensibilizar a população sobre a gravidade desse problema.
- **Art. 3º -** São ações a serem promovidas durante a Semana Estadual de Enfrentamento do Trabalho Escravo:
- I Realização de palestras, seminários e debates em escolas, universidades e demais instituições educacionais, abordando temas relacionados ao trabalho escravo, direitos humanos e cidadania;
- II Campanhas de conscientização em meios de comunicação, incluindo rádio, televisão, jornais e mídias sociais, sobre as formas de identificação do trabalho escravo e a importância da denúncia;
- III Atividades culturais e artísticas, como peças de teatro, exposições, filmes e outras manifestações artísticas, com o objetivo de sensibilizar a população sobre as condições enfrentadas pelas vítimas do trabalho escravo;
- IV Parcerias com entidades da sociedade civil e órgãos governamentais para promover ações de fiscalização e combate ao trabalho escravo em estabelecimentos comerciais e rurais;



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA Gabinete do deputado Sargento Neto

- V Divulgação de informações sobre os canais de denúncia disponíveis, garantindo o anonimato da pessoa que reportar casos suspeitos de trabalho escravo;
- VI Capacitação de profissionais, como policiais, assistentes sociais e membros do sistema judiciário, para melhor atuação no enfrentamento do trabalho escravo;
- VII Implementação de programas de reinserção social e econômica para as vítimas resgatadas do trabalho escravo.
- **Art. 4º -** O Poder Executivo Estadual fica responsável por promover a divulgação das atividades e ações da Semana Estadual de Enfrentamento do Trabalho Escravo com antecedência, por meio de seus canais oficiais de comunicação e em parceria com a sociedade civil e órgãos de imprensa.
- Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
- **Art.** 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", em 20 de julho de 2023.

SARGENTO NETO Deputado estadual



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA Gabinete do deputado Sargento Neto

JUSTIFICATIVA

O trabalho escravo é uma grave violação dos direitos humanos e uma prática inaceitável em nossa sociedade. Apesar dos avanços no combate a essa chocante realidade, é fundamental intensificar os esforços para erradicar completamente essa forma de exploração desumana. Nesse contexto, a instituição da Semana Estadual de Enfrentamento do Trabalho Escravo visa conscientizar a população, mobilizar a sociedade civil e o poder público e fortalecer as ações de prevenção e combate a essa prática abominável.

No Brasil, a cada 30 dias, pelo menos dois paraibanos são resgatados de trabalhos análogos à escravidão. Essa é a média com base nos resgates realizados no ano passado, em vários estados do país, durante operações de grupos móveis de fiscalização de trabalho escravo, com a participação do MPT e de diversos órgãos. A realidade é preocupante e exige do Poder Público um trabalho sistêmico e contínuo. Pelo menos 26 paraibanos foram resgatados de condições análogas ao de escravo somente em 2022.

A proposta de instituir a Semana Estadual de Enfrentamento do Trabalho Escravo vem ao encontro dessa necessidade de unir esforços interinstitucionais e interpoderes com o fito de fortalecer, conscientizar e implementar ações efetivas no enfrentamento dessa grave violação do primado da dignidade humana.

Assim, submeto a apreciação desta Douta Casa o presente projeto.

autor